



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1
LIDO
Em 12/12/00
Assessoria de Plenário

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 101ª
(CENTÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA COMEMORAR O DIA DE
LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL - 25 DE
NOVEMBRO.**

EM 23 DE NOVEMBRO DE 2000.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Aguinaldo de Jesus e Lúcia Carvalho,

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 9 horas e 20 minutos.

TÉRMINO: 12 horas e 42 minutos.



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

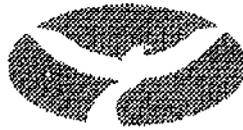
1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Aguinaldo de Jesus):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- **Comunica que**, de acordo com o Requerimento nº 1.364, de 2000, de autoria das Deputadas Anilcéia Machado, Lúcia Carvalho e Maninha, a sessão ordinária será transformada em Comissão Geral para comemorar o "Dia de Luta contra a Violência Doméstica e Sexual - 25 de novembro".



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

2.1 - COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO**, Deputada Lúcia Carvalho;
- **LÍDER DO PSDB**, Deputada Anilcélia Machado;
- **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**, Deputada Maninha;
- **CONSELHEIRA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**, Jussara Reis Prá;
- **PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER DO DF**, Tânia Maria de Queiroz;
- **PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO DO DF**, Tereza Ferreira da Silva;
- **DELEGADA DE POLÍCIA DA DELEGACIA DA MULHER DA POLÍCIA DO DF**, Vera Lúcia da Silva;
- **ASSESSORA DO CFEMEA**, Yaris Ramalho Cortez;
- **PESQUISADORA DO NEPEM/UNB E CONSELHEIRA DA AGENDE**, Lia Zanotta Machado;
- **PSICÓLOGA DA UNB/UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA**, Valéria Cristina de Albuquerque Brito;
- **PESQUISADORA DO CFEMEA**, Diana Azevedo.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

2.2 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO, Presidente da sessão.

-Agradece aos servidores dos gabinetes das Deputadas Maninha e Anilcéia Machado e do seu próprio o esforço na preparação deste evento.

- Aplauda o grupo "Unidos pela **Liberdade**" por sua apresentação teatral.

LIA ZANOTTA MACHADO, Pesquisadora do NEPEM/UnB e Conselheira da AGENDE;

-Apresenta algumas características da violência contra a mulher: é **antiga**, atravessa todos os contextos, tomou corpo internacional nas décadas de 70 e 80 e foi considerada questão de saúde em 1913.

- Considera que, em termos de políticas públicas, o País está aquém das conquistas dos movimentos feministas e das pesquisas científicas.

- Frisa que as entradas nos hospitais de mulheres vítimas da violência não são protocoladas, portanto não aparecem como tais.

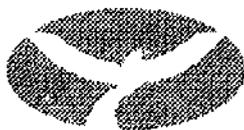
- Constata que, para lidar contra essa violência, é preciso um trabalho conjunto da **Justiça**, da **Polícia**, das instituições de saúde e das delegacias especializadas.

- Cita o tema "cada casal é responsável pelo que faz", um discurso novo, digno de reflexão.

- Sugere a inclusão, na anamnese dos médicos, de um lugar para perguntas sobre a violência, dando à paciente a opção de ser encaminhada à assistente social.

- **Afirma** que a estrutura psíquica das pessoas está ligada a valores culturais.

- Julga necessário tratar o sujeito integralmente e repensar a luta contra a violência.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

VERA LÚCIA DA SILVA, Delegada de Polícia da Delegacia da Mulher da Polícia do DF.

- Descreve o trabalho das delegacias da mulher, um trabalho diferenciado, com a participação de psicólogos e agentes.

- Menciona que a Delegacia serve de laboratório de pesquisa para estudantes.

- Cita as três ocorrências mais atendidas: ameaça de lesão corporal, estupro e atentado ao pudor.

- **Comenta** que o Código Penal, de 1940, não atende às situações de assédio sexual.

- Concorda que Judiciário, Polícia e instituições de saúde precisam entrosar-se nessa luta.

- Recomenda a criação de novas delegacias, articuladas com outros institutos, empenhados no tratamento diferenciado.

DIANA AZEVEDO, pesquisadora do CFEMEA.

- Explica a proposta sobre Prevenção e Combate à Violência Doméstica/Familiar contra as mulheres, inserida em projeto desenvolvido pelo CFEMEA e por outras três organizações não-governamentais.

- Salaria que essa **proposta** foi discutida no seminário realizado na Câmara dos Deputados: "Os Direitos Humanos das Mulheres e a Violência Intrafamiliar - Medidas Concretas de Prevenção e Combate à Violência Doméstica Familiar".

- Refere-se às ações desencadeadas após o seminário visando à difusão, discussão e adequação da matriz em nível estadual e municipal.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

VALÉRIA CRISTINA DE ALBUQUERQUE BRITO, psicóloga da UnB/Universidade Católica de Brasília.

- Compara a evolução da psicologia no tratamento da violência: o discurso era intrapessoal; há 20 anos segue a linha de pesquisa que investiga a questão na comunidade.

- Atesta que o maior problema é enfrentar os mitos.

- Revela que pesquisa feita em laboratório contradiz os mitos de que a violência ocorre com outras pessoas e atinge mais as classes baixas.

- Ressalta que mulheres das classes populares procuram as **delegacias**, ao passo que as da classe alta vão a consultórios.

- Concorda com a necessidade da participação do Judiciário e da sociedade no combate à violência à mulher.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

JUSSARA REIS PRÁ, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

- Declara que o tema será desenvolvido da perspectiva do Estado.

- Reporta-se aos primórdios da luta, no **Brasil**, a partir da criação do SOS Mulher seguida da redemocratização do País.

- Refere-se às articulações do Conselho com o Estado e a sociedade.

- Cita artigo da Constituição Federal, leis, o Estatuto da Criança e do Adolescente - instrumentos que asseguram direitos às mulheres.

- Menciona os projetos que tramitam no Congresso e se referem à discriminação do aborto e à punição ao assédio sexual; e as propostas de alterações do Código Penal.

- Destaca pontos positivos do Conselho: a realização de campanhas e palestras educativas, a implantação de casas de abrigo, embora em número insuficiente.

- Refere-se às quatro áreas que devem trabalhar em conjunto; Judiciário, Segurança **Pública**, Saúde e Educação.

- **Conclui** que é preciso avançar muito para podermos comemorar o Dia da **Não-Violência** Contra a Mulher.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

2.3 - DEBATES

DEPUTADA MANINHA

- Lê o artigo "ONU": nascer mulher é perigoso", publicado no *Correio Braziliense* de 21.9.2000.

- Reitera os dados referentes à violência contra a mulher, avaliados no relatório da ONU.

- Quantifica o *ranking* da violência e comenta a questão cultural.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO

- Refere-se às iniciativas de sua autoria em benefício da mulher: projeto aprovado prevê o atendimento, nas delegacias, às mulheres vítimas de maus tratos; lei reserva, nas enfermarias, espaço para parturientes de filhos sem vida; projeto em tramitação dispõe sobre a implementação do programa "Meu Primeiro Negócio".

- Lembra o trabalho suprapartidário que culminou na realização de sessão solene da CLDF no Conjunto Nacional, no Dia Internacional da Mulher.

- Conclama os presentes a se engajarem nessa causa.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

MARA RÉGIA, radialista.

- Saúda o programa "Viva Maria", marco na história das mulheres.

- Destaca duas comemorações ocorridas nesta semana: o aniversário de Rose Marie Muraro e a entrega do título de Cidadã Honorária de Brasília a Dad Squarisi.

- Menciona a *Primeira Cartilha sobre Cidadania e Género*, publicada em 1997, que localiza substantivos e verbos femininos e masculinos.

- Transmite depoimento da Deputada Lúcia Carvalho.

- Comenta que ganhou prémio ao cobrir a Marcha das Margaridas.

- Apresenta o trabalho "Mulher na Onda do Rádio".

- Descreve seu empenho com as mulheres em programa que realiza na Rádio Nacional da Amazônia.

- Pede a união de vozes a fim de que se apurem denúncias de que mulheres precisam morrer para dar à luz.

CECÍLIA PEREIRA, representante do Fórum das Mulheres Negras.

- Propõe a ampliação do conceito educação, para que se estabeleça um relacionamento harmonioso entre negros e não-negros.

- Defende que o bem-estar depende dos seres humanos.

- Pede a todos que dêem seguimento a essa luta.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Lúcia Carvalho):

- Convida os presentes a comparecer ao coquetel no saguão de entrada do plenário e a assistir ao vídeo "Quebrem o silêncio - nem mais um minuto".
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA
101ª
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 23 DE NOVEMBRO DE 2000.



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/ Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 1
--------------------	---------------------------	--	-------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS) - A presente Comissão Geral, de acordo com o Requerimento nº 1.364, de 2000, destina-se a debater o Dia de Luta contra a Violência Doméstica e Sexual, proposta pelas Deputadas Anilcéia Machado, Maninha e Lúcia Carvalho.

(Pausa.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, bom-dia. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Atendendo ao requerimento que possibilitou a realização desta solenidade, de autoria das Deputadas Anilcéia Machado, Lúcia Carvalho e Maninha, damos início, neste momento, à Comissão Geral com o objetivo de discutir e debater o Dia de Luta Contra a Violência Doméstica e Sexual contra as mulheres.

Convidamos para compor esta Mesa de honra as seguintes autoridades: para presidir esta Comissão Geral, a Exma. Sra. Deputada Lúcia Carvalho; a Exma. Sra. Deputada Anilcéia Machado, Líder do PSDB; a Exma. Sra. Deputada Maninha, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e co-autora do requerimento que propiciou a realização deste debate; a Sra. representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselheira Jussara Reis Prá, que irá falar sobre "O combate à violência contra as mulheres na perspectiva do Estado: tendências e desafios"; a Sra.



Daia 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 2
--------------------	---------------------------	---	-------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal, Tereza Ferreira da Silva; a Sra. Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Tânia Maria de Queiroz; a Sra. Delegada-Chefe da Deam/DF, Dra. Vera Lúcia da Silva, que falará sobre "O Papel das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher"; a Sra. representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, Dra. Iáris Ramalho Cortês; a Sra. pesquisadora do NEPEM/UnB e Agende, Lia Zanotta Machado, que falará sobre a "Violência como uma Questão de Saúde"; a Sra. pesquisadora do CFêmea, Diana Azevedo, palestrante sobre o tema: "Proposta para o Estado Brasileiro com relação à Violência Contra a Mulher"; a Sra. Mestre em Psicologia Clínica, Dra. Valéria Cristina de Albuquerque Brito, que falará sobre "Ações de Prevenção e Tratamento da Violência Doméstica e Sexual".

Ouviremos neste momento o Hino Nacional.

(Hino Nacional.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Com a palavra, para a abertura oficial e condução desta Comissão Geral, a Exma. Sra. ex-Presidente desta Casa de Leis, Deputada Lúcia Carvalho.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Bom-dia a todos, principalmente aos homens presentes. Quero saudá-los por participarem deste debate, Deputados Silvio Linhares e Daniel Marques. Espero que outros Parlamentares também estejam aqui para realizarmos esta Comissão Geral com um debate necessário sobre a violência acometida contra o gênero feminino.

Quero parabenizar os Gabinetes das Deputadas Anilcélia



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	3

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Machado e Maninha, juntamente com o meu, e a nossa equipe de funcionários que trabalharam na realização deste evento.

Agradeço a todas as entidades e mulheres que aqui se fazem presentes, para que possamos, além do debate que será travado hoje, organizar mecanismos para possibilitar a realização deste debate em outras cidades do Distrito Federal e áreas de influência. Minhas saudações e agradecimento a todos, em nome das companheiras Anilcéia e Maninha, que, junto comigo, prepararam esta Comissão Geral.

Começaremos esta sessão de uma maneira diferente. Vamos, neste momento, ter uma apresentação. Pergunto se os companheiros da atividade cultural já se encontram preparados para realizar a atividade. (Pausa.)

A peça teatral "Violência Sem Denúncia" será apresentada pelo grupo de teatro "Unidos pela Liberdade", que é composto por ex-presidiárias e ex-presidiários de Brasília. Portanto, temos muito prazer de trazê-los aqui para estarmos, hoje, assistindo a este trabalho que, sem dúvida, é um trabalho educativo, não só para o grupo que faz parte dessa atividade, como também para todos nós, porque nos leva a uma reflexão.

Para todos nós aqui presentes, o grupo "Unidos Pela Liberdade", com a peça teatral "Violência Sem Denúncia".

(Apresentação teatral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Agradecemos o grupo pela apresentação feita. Vamos mais uma vez aplaudir esses ex-presidiários e parabenizá-los pelo trabalho que estão desenvolvendo, um



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/ Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 4
--------------------	---------------------------	--	-------------

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

trabalho que educa a sociedade.

Continuem firme, com o apoio da Câmara Legislativa, das ONGs presentes e das pessoas que querem construir um mundo melhor.

ORADOR NÃO-IDENTIFICADO - Este grupo foi formado em 1993 dentro do Presídio da Papuda. Nenhum homem integrante do grupo usou da covardia de bater numa mulher, nunca.

Eu fui preso por falsificar documento, estelionato. Fui condenado a trinta e dois anos e cumpro seis anos de prisão.

Nós fomos buscar duas mulheres dentro do presídio para representar as mulheres e mostrar que ambas as partes mudam de comportamento.

Muito obrigado.

ORADOR NÃO-IDENTIFICADO - O grupo "Unidos pela Liberdade" é mantido pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso e nós temos um salário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais). Quando fazemos apresentações, geralmente, nós passamos o chapéu para receber alguma contribuição. Por isso, nós gostaríamos de passar o chapéu e receber alguma contribuição para pagar as passagens e para a manutenção do grupo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra à pesquisadora Lia Zanotta Machado, do NEPEM - Núcleo de Pesquisa sobre a Mulher, da UnB, que vai falar sobre "Violência como uma Questão de Saúde.

SRA. LIA ZANOTTA MACHADO - Sra. Presidente, senhoras e



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	5

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

senhores presentes, agradeço pela oportunidade de participar deste debate, na Câmara Legislativa, no Dia da Não-Violência Contra a Mulher, e apresentar, na medida do possível, várias questões.

Em primeiro lugar, a questão da violência contra a mulher é antiga, é diversificada em contextos culturais, sociais e, no entanto, atravessa todos esses contextos, em formas diferentes e de maneira tão disseminada em toda a história mundial. De outro lado, se sua caracterização é uma história longa, a caracterização como problemática não é tão longa assim. Talvez tenham sido necessários o estabelecimento dos direitos civis e políticos, o aumento do individualismo e o movimento feminista para que a problemática fosse destacada, ou seja: a ideia da não-violência contra a mulher como um direito. Somente a partir dos movimentos feministas, da consideração de toda a sociedade do valor da não-violência, é que foi possível pensar que havia violência contra a mulher. Que coisa extraordinária!

O que aconteceu nas décadas de 70 e 80, quando ocorreram movimentos contra a violência e várias ações específicas em diversos países, foi tornar essa questão internacional. Somente, em 1993, na Conferência Internacional dos Direitos Humanos, preceituou-se o óbvio: que os direitos das mulheres fazem parte inseparável dos direitos humanos. Nesse mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde, no Dia Mundial da Saúde, determinou que a violência é uma questão de saúde.

Então, em nível internacional, a violência contra a mulher aparece em dois discursos fundamentais: o discurso dos direitos humanos,



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 6
--------------------	---------------------------	---	-------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

que vem desde os anos 70, mas que tomou força nos 80 e 90; e a violência como questão de saúde. Não bastava dizer "não" à violência, mas era preciso dizer que a violência provocava diretamente ou indiretamente - pela violência simbólica e pela violência física - danos à saúde física e mental. Esses são os pontos.

A ideia da violência como uma questão de saúde acaba sendo apresentada como tal e tendo efeito em várias nações a partir do discurso dito: "A violência é uma questão de saúde."

Em diferentes lugares do mundo, há diversos serviços de atendimento à mulher vítima da violência que, com o auxílio dos sistemas judicial, de saúde e do serviço social, avançaram pontualmente. Já existe em alguns lugares, serviço de atendimento com terapias para mulheres vítimas de violência; para homens golpadores, que batem em mulheres; para homens estupraadores; para homens violentos; para filhos e filhas de famílias violentas. Há experiência nesse sentido em toda parte do mundo. No entanto, em termos de políticas públicas gerais, nós estamos absolutamente aquém. Nós temos uma base de pesquisa nas áreas de Ciências Sociais, de Psicologia, de Medicina e esses centros de atendimento, essas associações são absolutamente relevantes para darmos um passo adiante. Isso já está posto pontualmente no mundo inteiro. Contudo, se olharmos o dia-a-dia do funcionamento dos nossos sistemas Judiciário, de Saúde e do Serviço de Atendimento Social, veremos que estamos absolutamente aquém daquilo que o nosso saber e algumas experiências pontuais permitiriam estar.

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	7

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Evidentemente, esse seria, para mim, o ponto. Nós teríamos de caminhar mais depressa, tanto em nível nacional, quanto no Distrito Federal para participar e montar serviços nas políticas públicas de saúde.

Trabalho, no momento, com hospitais da rede pública do Distrito Federal em geral com exceção do Hospital Materno Infantil, que tem uma proposta clara e direta de atendimento às vítimas de violência sexual e uma ideia de atendimento ao parto humanizado, configurando a preocupação da questão do gênero feminino, e verifico que no dia-a-dia a questão da violência não aparece, principalmente a violência contra a mulher. O que já está aparecendo é a violência contra a criança. Nota-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente já fez efeito. No entanto, o atendimento de mulheres vítimas de violência se faz cotidianamente nos hospitais, até mesmo em pronto-socorro. Elas vão à busca de psiquiatras - as mulheres que se dizem nervosas. Elas são encontradas acompanhando suas crianças na pediatria ou então parindo os seus filhos. A quantidade de mulheres que, segundo pesquisas, passaram por história de violência e que foram atendidas nos hospitais por causa da violência é fantástica.

Se não houvesse perguntas sobre a violência, como questão de saúde, se não houvesse perguntas sobre a história dessa mulher e também dos homens vítimas de violência masculina, a maioria jovens atingidos em brigas e disputas, a questão da violência não apareceria e nós, na verdade, não teríamos um espaço público, como é o serviço de saúde, para dar abrigo a essas pessoas e discutir a questão da violência. Num país como o nosso e numa cidade como a nossa, que cresceu muito e onde há muito

Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 8
--------------------	---------------------------	---	-------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

desenraizamento social, nesse contexto social, como foi dito há pouco tempo, alguns apoiam essas mulheres violentadas e outros não, porque alegam que faz parte da história das mulheres a agressão e, realmente, não dão o apoio necessário e, com isso, o exercício da violência se torna cada vez mais um fator incidente. A violência corriqueira contra as mulheres foi acrescida de uma violência generalizada nas ruas.

As políticas públicas devem lidar, nas diferentes áreas, com a questão da violência. Nos anos 70, trabalhávamos com muito custo e com muito esforço, para diminuir a violência e hoje, infelizmente, há a possibilidade de enfrentarmos o aumento da violência. Portanto, além das campanhas, temos de trabalhar com serviços de atendimento na questão da saúde, da justiça e da polícia.

Trabalhamos muito com delegacias especializadas da mulher e notamos que poucas pesquisas foram feitas sobre a Justiça. Recentemente, uma pesquisa feita no Rio sobre os casos de violência contra a mulher aponta que grande parte dos inquéritos, em nome de alguma coisa nova, são arquivados. Não há mais importância se a mulher é agredida. Isso não tem importância. Em nome de uma coisa aparentemente nova, dizem: cada casal é responsável pelo que faz.

Em vários julgamentos pergunta-se: por que punir o homem se o casal já está encontrando formas de viver bem? Por que puni-lo se eles já se separaram? Por que puni-lo se eles estão discutindo? Se nós punirmos esse homem, estaremos, na verdade, impedindo que eles vivam juntos.

Então, a responsabilização do casal parece um discurso novo,



Data	Horário início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	9

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

que nos faz pensar. Ou seja, é necessário pensarmos que essa punição, que geralmente não é dada, precisa vir acompanhada por um sistema de reparação. Estamos diante de casos agora dos quais o juizado de pequenas causas cuidam, sendo, portanto, uma novidade sem que se analise o que as delegacias especializadas da mulher já trabalharam. Ou seja, com tanta experiência, tudo começa como se não houvesse experiência alguma, como se tivéssemos que inventar, imaginar centros de atendimento e trabalhos de grupo, sendo que há muita experiência que poderia dar lugar para que pudéssemos pensar realmente, não em campanhas coletivas, que já foram pensadas, mas na capacitação de juizes, na realização de seminários, em delegados, em juzizados de pequenas causas e no sistema de saúde, que é um lugar fantástico para se trabalhar com a prevenção, sendo também o lugar onde a violência aparece.

Nada se fala e nada se sabe dela. Mas basta ouvir essas mulheres. Há uma relação fortíssima. De cada cinco entrevistadas ao acaso - na hora em que estão parindo ou quando estão acompanhando seus filhos na pediatria -, uma tem caso de violência. Essa relação de uma para cada cinco nos deixa pensativos. Quando vamos à nefrologia, encontramos mulheres fazendo hemodiálise que também foram vítimas de violência naquele momento. Em vários pontos da cidade há mulheres que estão indo ao hospital ou voltando dele, fora os ambulatórios que não consideramos.

A quantidade de mulheres vítimas de violência surpreende na medida em que ela entra no serviço da política pública e volta sem que se fale sobre um único caso de violência. Às vezes, toca-se no assunto, mas

Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 10
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

ele não é ouvido; às vezes sequer perguntam sobre isso.

Portanto, realmente devemos pensar, se levarmos a sério o fato de a violência ser uma questão da saúde, em implementar, nas políticas públicas da área de Saúde, lugares para escutas, em que a anamnese dos médicos devesse, obrigatoriamente, indagar sobre isso, respeitando-se o desejo de a pessoa não querer falar, podendo-se indicar serviços de âmbito social, como a psicologia e outros. Não seria um lugar para se obrigar a denúncia, mas para escutar as pessoas.

Temos hoje, obrigatoriamente, além das denúncias, de ouvir também a outra pergunta das mulheres: como fazer para sair dessa situação de violência?

Sabemos que, além das denúncias, precisa-se ponderar para sair, para lidar com isso. Como se lida com a questão da violência? Como se lida com esses homens golpeadores? Qual é o círculo vicioso que faz com que elas queiram sair e não consigam, queiram modificar a relação e não consigam?

Temos experiências mundiais e pontuais no Brasil. Estamos diante de um momento absolutamente importante - não consigo ver de outra forma -, momento em que se pensa: qual valor está por trás desses homens que batem na mulher? É o valor, como disse um entrevistado, de respeitar a honra de um homem.

Por mais que ele diga que perdeu a cabeça, por mais que um psicólogo possa dizer que alguns têm estruturação psíquica muito complicada, não é só isso que o faz bater na mulher, e, sim, o valor social



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 11
--------------------	---------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

que permite que o gênero masculino, sem pensar, seja posto em um lugar em que ele diz: "Eu sou a lei; para esta mulher, eu sou a lei."

Portanto, se não há distância entre o gênero masculino e o gênero feminino na relação de casa, em que o homem seja a lei, conseqüentemente ele poderá bater na mulher. Ao bater, o homem depois se arrepende do seu ato, e nessa hora ele fica na dependência dessa mulher, tentando fazer o amor, mas, no entanto, esse amor, para ele, foi dito como lei. Esse é o ponto.

A mulher, ao brigar, diz: "Em nome das regras, em nome da família..." Ela não diz: "Eu sou a regra." Isso mostra uma reivindicação da queixa verbal. Quando a mulher age dessa forma, o homem não aguenta e bate nela.

Em geral, a explicação de um homem que agride uma mulher grávida em virtude de ciúmes é: "É como se eu ouvisse uma fita gravada." Essa metáfora em nosso meio de comunicação aparece nos homens que são pesquisados. Ao bater o homem diz que é como se ouvisse uma fita gravada com as seguintes palavras: "Essa mulher é uma vagabunda, ela me traiu, ela não me ouve. Eu não sou nada para essa mulher". Essas palavras o fazem bater na mulher, desvanecendo a sua ira; logo depois ele pergunta: "Por que eu fiz isso?" E por que ele faz essa pergunta? Porque ele tem um outro lado, que é o de entender que todos somos iguais, e por que fazer isso?

Então, não há somente um valor na sociedade, e, sim, valores. Há um estoque de valores culturais que dizem "não" à violência e estão



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/ Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 12
--------------------	---------------------------	--	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

entre homens e mulheres, mas há um estoque de valores culturais que diz: "Eu sou a lei e a partir dela eu tenho que fazê-la ser cumprida; por isso eu não vou sofrer e não vou internalizar esse sofrimento, e, sim, exteriorizá-lo; eu sou um homem de ação."

Toda a estrutura de funcionamento psíquico está ligado a valores culturais do que é gênero masculino e gênero feminino. Também está instituída aos valores que diz um juiz, um policial ou um médico. O médico diz que a violência não se trata de meia questão, a não ser que ela se instaure no corpo físico, quando então nós vamos tratar do olho roxo e do joelho quebrado, nada mais.

Sobre esse valor devemos pensar e tentar modificar, caso contrário será impossível tratar a questão da violência como uma questão de saúde, porque implica um sujeito integral e, portanto, uma equipe de agentes de saúde, da qual o médico é só um dos membros. Temos que funcionar em forma de equipe, juntamente com psicólogos, com propostas de serviços e modificação de valores. Essa é a nossa reivindicação fundamental.

Estamos vivendo um momento em que o valor da violência aparece como novidade numa relação de herói e bandido. Nós não conhecíamos isso, nós éramos mais sérios, mas agora vemos isso nos jornais.

Essa questão apaga um valor escondido, que não era dito; o homem pode bater na mulher.

Estamos vivendo um momento de risco, porque vemos diferentes tipos de violência acumulando forças, e nós temos que realimentar a nossa



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/ Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 13
--------------------	---------------------------	--	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

luta pelo fim da violência contra as mulheres.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Peço às demais companheiras que respeitem o limite máximo de dez minutos para que possamos ouvir as contribuições que todas as palestrantes têm a nos dar para construirmos uma nova sociedade.

Concedo a palavra à Delegada-Chefe da Deam-DF, Dra. Vera Lúcia da Silva, que falará sobre "O Papel das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher."

SRA. VERA LÚCIA DA SILVA - Senhoras e senhores, bom-dia.

É uma satisfação muito grande participar deste seminário. É importante discutirmos a situação da violência contra a mulher.

Em diversos encontros realizados, verificamos que os homens geralmente não participam. O ideal seria que participassem mais homens desses eventos. É fundamental! que várias mulheres participem e sejam informadas de seus direitos.

Abordarei o papel das delegacias da mulher no contexto da sociedade brasileira.

Verificamos que há 250 delegacias de mulheres em todo o Brasil. Esse número é expressivo, mas não é suficiente, não atende toda a população; porém, é um passo inicial no atendimento à mulher.

A violência contra a mulher é diferenciada. Ela, como vítima de violência, leva outros elementos à delegacia de polícia. Por isso temos de propiciar um atendimento também diferenciado a ela.

Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/ Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 14
--------------------	---------------------------	--	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Aqui no Distrito Federal contamos apenas com uma delegacia de atendimento à mulher. Há necessidade de mais delegacias porque a maior parte da população a que atendemos mora no eixo de Taguatinga e Ceilândia. Às vezes, atendemos a população do Entorno. Uma única delegacia não possui meios adequados para atender a uma população tão numerosa.

O atendimento especial voltado à mulher é diferenciado: há psicólogos e agentes que lidam com esse tipo de violência, que sabem como lidar com a situação da mulher como vítima de violência.

Há um tratamento próprio que temos dado à mulher quando ela sofre violência sexual: ela é encaminhada para um hospital para tomar remédios contraceptivos e contra doenças sexualmente transmissíveis. Numa delegacia comum, isso dificilmente irá acontecer. As delegacias da mulher prestam atendimento diferenciado e servem como um laboratório de pesquisa. Atendemos inúmeros estudantes, pesquisadores, que vão trabalhar com números de denúncias a fim de que o Governo estabeleça políticas de atendimento à mulher.

Verificamos que a violência tem aumentado e a conscientização da mulher também. Isso se reflete nos números que a delegacia tem registrado. Temos uma média de vinte ocorrências de várias naturezas por dia. As mais registradas são os crimes de ameaça, lesão corporal, estupro e atentado violento ao pudor.

Nosso instrumento de trabalho é uma lei de 1940, que é o Código Penal. A delegacia trabalha reprimindo os crimes dos quais a mulher é

Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 15
--------------------	---------------------------	---	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

vítima. Estamos numa sociedade do ano 2001 trabalhando com uma lei de 1940. Muitas vezes, essa lei não atende a situação que nos é apresentada. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a mulher passou a ser submetida a outras situações, como, por exemplo, assédio sexual do qual não há a tipificação legal para que os casos que nos chegam sejam adequadamente tratados.

Os crimes de pequeno potencial ofensivo, que são os crimes de lesões corporais e de ameaça, têm de ser encaminhados ao Juizado Especial Criminal.

Verificamos - como foi dito pela pesquisadora - que o Judiciário tem de participar do combate à violência contra a mulher. Tem de haver uma conscientização de vários órgãos, não só da polícia como também do Judiciário e de institutos de saúde.

Há um anseio muito grande para que a lei seja conciliada com a realidade em que vivemos. Muitas vezes, um agressor, um marido que agride reiteradamente a mulher é convidado a fazer um acordo e sequer lhe é perguntado sobre o que aconteceu, se a violência já ocorre há muito tempo; é feita uma conciliação e ele fornece uma cesta básica. O caso volta para a delegacia, e temos de resolvê-lo. Portanto, acho que deve haver um entrosamento maior e que a política de atendimento à mulher deve ser mais abrangente, alcançando o Judiciário e os institutos de saúde.

A porta de entrada da violência é a delegacia. As mulheres procuram as delegacias, que funcionam vinte e quatro horas por dia e onde temos uma equipe de repressão aos crimes de estupro e de ameaça. Como



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	16

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

polícia judiciária, nosso papel é reprimir o crime assim que ele acontece, identificar o autor e prender o agressor. Então, possuímos equipes que, de imediato, procuram reprimir aquela notícia-crime que nos foi passada; não só registramos as ocorrências, mas também procuramos prender o agressor. Podemos verificar que mais ou menos 70% das ocorrências registradas nas delegacias são arquivadas. Então, existem várias leituras desse número, o porquê de as mulheres irem à delegacia registrar ocorrências e, em seguida, após seus companheiros serem intimados, essas mesmas mulheres irem à delegacia arquivar as ocorrências. Geralmente os agressores, em 80% dos casos, são os companheiros, maridos ou ex-maridos, namorados ou ex-namorados. Muitas vezes as vítimas sentem-se vinculadas a essas pessoas e até mesmo ameaçadas por elas, existindo, em alguns casos, dependência econômica. Então, poucas mulheres querem que aquela ocorrência tenha um desdobramento judicial com a punição do agressor. Muitas mulheres consideram que só a ida dos agressores à delegacia já rendeu o esperado.

É de fundamental importância que as delegacias existam e que outras sejam criadas para que possamos dar um atendimento mais adequado, articulado com outros institutos, porque damos um atendimento diferenciado na delegacia, mas não se dá um atendimento diferenciado no IML, por exemplo. As mulheres são encaminhadas à delegacia, onde recebem um tratamento individualizado, especial, mas no IML já não o recebem. Então, temos de estabelecer um maior campo de atuação para que se feche o ciclo: a mulher ser atendida na delegacia; receber um atendimento especial no IML; ser atendida no hospital respeitando-se a sua



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	17

Taquigrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

situação feminina; e o Judiciário se preocupar com a violência familiar e a sexual, para que tenhamos um atendimento completo. Não apenas numa delegacia específica para as mulheres, mas, sim, em todo os desdobramentos dessas ocorrências que nos são encaminhadas, tem de haver procedimentos voltados para a mulher.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Concedo a palavra à Dra. Diana Azevedo, Pesquisadora do Cfêmea, que vai falar sobre "Proposta para o Estado Brasileiro com relação à Violência Contra a Mulher".

SRA. DIANA AZEVEDO - Bom-dia a todos. Agradeço a participação em nome do Cfêmea. Em primeiro lugar eu gostaria de explicar essa proposta para o Estado brasileiro, em níveis federal, estadual e municipal, de medidas concretas para o enfrentamento da violência contra a mulher no âmbito doméstico-familiar.

O Cfêmea - Centro Feminista de Estudo e Assessoria, é uma ONG. O nosso trabalho no Congresso Nacional é acompanhar os projetos de lei sobre os direitos e cidadania das mulheres. Então, existiam alguns projetos sobre violência familiar que tramitavam no Congresso que não atendiam toda a nossa expectativa, porque tratavam apenas da questão da punibilidade do agente/autor: o homem que bateu, é denunciado na delegacia, é preso e, depois de um tempo, é solto. Não existia nada, como não pode acontecer, sobre a questão da prevenção.

Em virtude disso, começamos, junto com mais três ONGs: a CEPIA - Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação; a THEMIS -



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	18

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, de Porto Alegre; e o CLADEM - Comité Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, a convidar alguns estudiosos, profissionais do Direito, juízes, ministros, advogados da área de Família e da Criminal, para estudarmos essa proposta em conjunto. Fizemos algumas mesas-redondas e alguns outros grupos de debate, que culminaram no seminário "Os direitos humanos das mulheres e a violência intrafamiliar", ocorrido na Câmara dos Deputados no dia 24 de novembro de 1998.

A proposta discutida nesse seminário foi entregue pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, quando da assinatura de um pacto nacional contra a violência intrafamiliar, promovido pelo Sistema das Nações Unidas, pelo Governo Brasileiro - Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e por inúmeras organizações da sociedade civil, como uma proposta dos Legislativos.

Isso se deu dessa maneira porque, depois de passarmos algum tempo acompanhando os projetos na Câmara dos Deputados, chegamos à conclusão de que diversas propostas que dizem respeito aos âmbitos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário não podem ser apresentadas por um Parlamentar porque ele não pode ter essa iniciativa, pois várias dessas propostas dizem respeito a gastos públicos que devem ser previstos no Orçamento. O parlamentar não pode criar mais essas despesas.

Algumas outras questões de competência do âmbito estadual não podem ter interferência do Federal. Ficamos preocupadas com a forma de conciliar isso.



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	19

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

O Presidente da República pode mandar uma mensagem para a Câmara dos Deputados propondo algumas dessas nossas iniciativas. Por isso, fomos pela via de um Parlamentar, no caso o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, apresentar como uma proposta do Poder Executivo, para que o Presidente da República a incorporasse e a enviasse ao Congresso Nacional como mensagem. Assim pode, mas como iniciativa de um Parlamentar não pode acontecer.

Como dissemos aqui, a presente versão incorpora os resultados do Seminário e no decorrer de 1999 serão desencadeadas ações visando a difusão, discussão e adequação da matriz em níveis estadual e municipal. Portanto, desde 1999, estamos divulgando essa matriz, que se encontra na *home page* do Cfêmea, participando de debates e estimulando o Poder Legislativo Municipal ou Estadual para incorporar as iniciativas de sua competência, na perspectiva de provocar tanto os Governos Federal e Estadual, para que implementem essas políticas públicas visando eliminar e combater as violências, intrafamiliar, doméstica e sexual contra a mulher.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Agradecendo à Dra. Diana Azevedo, passamos a palavra à Dra. Valéria Cristina Albuquerque, que falará sobre "Ações de Prevenção e Tratamento da Violência Doméstica e Sexual".

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença de algumas autoridades que se fazem presentes entre nós: a Sra. Mara Régis, jornalista e radialista, aqui representando o WWF, que é o Fundo Mundial para a

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	20

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Natureza e também a Rede de Mulheres no Rádio - obrigada pela presença, Mara; a Presidente da CUT-DF, Eriça Kokay, parabéns a esta mulher que preside a Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal; a Coordenadora do Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal, Cecília Maria de Oliveira Pereira; Silvânia Silva, da Secretaria de Mulheres do PT, que ajudou a organizar esta atividade; a representante regional do ICS de Sobradinho, Viany de Barros Affonso; e Maria Selma Costa, da Comissão de Associação de Mulheres Trabalhadoras de Sobradinho. Peço uma salva de palmas para essas mulheres que representam importantes segmentos organizados na nossa sociedade. (Palmas.)

Concedo a palavra à Dra. Valéria Cristina Albuquerque.

SRA. VALÉRIA CRISTINA ALBUQUERQUE - Sra. Presidente, participantes da Mesa, convidados, espero que vocês possam me ouvir. Não tenho muita familiaridade com os microfones. Sou uma psicoterapeuta, uma psicóloga e o meu trabalho se faz em contextos um pouco menores e, em geral, um pouco mais privados. Então, para mim é uma experiência nova e muito gratificante estar aqui.

Quero agradecer à comissão que organizou este evento. É um prazer ver que as nossas representantes estão imbuídas no intento de evitar e procurar formas de compreender um pouco melhor esse fenômeno complexo. A variedade de profissionais aqui presentes já aponta a complexidade do fenômeno da violência, especialmente essa violência que ocorre dentro das famílias.

A Profa. Lia fez um histórico interessante sobre como esse tema



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	21

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

tem sido progressivamente relevante, não só na sociedade, mas também no âmbito da pesquisa científica. Portanto, a ciência tem andado a reboque dos movimentos sociais, especialmente a Psicologia, na medida em que o discurso da Psicologia - que inclusive é um discurso novo, entre as ciências -, no seu início, era voltado para uma compreensão intrapessoal desse fenômeno, ou seja, os fenômenos de violência seriam de exceção e essas exceções diriam respeito a problemas de ordem intrapessoal. Então, seriam questões ligadas ao desenvolvimento desses indivíduos e muito pouco às relações que esses indivíduos estabelecem.

Essa forma de ver a situação tem sido mudada nos últimos vinte anos muito em função dos movimentos feministas, que, participando da vida acadêmica e com o desenvolvimento do conceito de gênero, vão nos alertar para essa assimetria entre homens e mulheres, essa diferença e como ela se constitui em uma diferença de acesso ao poder, uma diferença social. Especialmente aqui em Brasília, temos um trabalho na UnB, no laboratório de Família e Comunidade, cuja linha de pesquisa procura investigar essas questões na nossa comunidade e dar a elas uma visibilidade, pois o maior problema para enfrentar as situações de violência intrafamiliar, como as Dras. Lia, Diana e Vera têm dito, são os mitos que cercam essas situações. Por exemplo, há o mito de que "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher", o de que os homens decidem o que deve ser feito dentro de suas famílias e o de que essas situações não acontecem com ninguém, ou apenas com poucas pessoas, só nas classes populares.

Uma primeira pesquisa que fizemos lá no laboratório - e quero



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	22

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

trazer alguns dados para vocês - contradiz vários desses mitos. Numa pesquisa recente, feita em 1997, com uma amostra aleatória, entrevistando mulheres de diferentes classes sociais e procurando verificar algumas dessas questões, obtivemos alguns dados interessantes. Essa pesquisa foi feita com 165 mulheres, o que não é uma amostra muito grande, mas representativa. Procuramos dar voz a vários segmentos.

Dessas mulheres entrevistadas, 52% haviam passado por alguma situação de sexo não consentido, e essa pesquisa foi específica com relação à sexualidade. Então, há outro problema na questão da violência, pois há situações de violência que não são necessariamente reconhecidas como tais. Algumas situações são naturalizadas. Antes mesmo de começar esse debate, estávamos numa conversa informal, na qual foi dito que uma pessoa diante do comentário de que havia poucas delegacias da mulher em Minas Gerais, respondeu o seguinte: "Ah é, porque lá os homens tratam muito bem as mulheres".

Enfim, há essa dificuldade em qualificar algumas situações como de violência.

Então, as mulheres chegam aos consuítórios e não se queixam da violência explicitamente, porque alguns graus de violência são entendidos como naturais das relações com os homens. Dizem: "Não, xingou, mas..." "Não, empurrou, mas..." "Não, bateu, mas foi um descontrole, foi..." Esse fenômeno é mais amplo do que imaginamos e é vivenciado por um percentual significativo de mulheres. Nesse percentual de mulheres, não há diferença significativa entre as classes sociais.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	23

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

As mulheres das classes populares não são mais afligidas pela violência. São elas que vão procurar as instituições públicas. Portanto, aparecem mais representadas nas avaliações das delegacias e dos hospitais. Já as mulheres da classe média e alta têm outros recursos para lidarem com o problema. São elas que vão procurar, por exemplo, os consultórios de psicoterapia. São elas que vão se queixar de depressão, de insônia e de uma série de sintomas. Às vezes, queixam-se de suas dificuldades de lidar com os filhos, de seus atos agressivos com seus próprios filhos. À medida que essas histórias vão se desenrolando, as relações violentas entre o casal surgem de uma forma mais explícita.

Então, há certas questões que são tabus na nossa legislação e, também, no âmbito da psicologia, como, por exemplo, o estupro intramarital, que não temos discutido muito e, neste momento, é a nossa linha de interrogação.

As ações de tratamento e prevenção da violência não se restringem - como creio que todas nós concordamos - ao âmbito da delegacia e do hospital. São, sim, ações articuladas.

A contribuição da psicologia tem sido, primeiramente revelar esse fenômeno, que creio ser de fundamental importância, e tirar essa pecha de ser um fenômeno de tarado, só de homens alcoolizados, só de homens e mulheres pobres que estão em situações difíceis. Evidentemente, essas situações amplificam o problema e dificultam a sua solução. Mas a violência de forma geral - a violência verbal, física e sexual - permeia as classes sociais. O que irá diferir são os discursos que essas populações irão fazer

Dato	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	24

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

com relação a isso.

Na pesquisa realizada em 1997, observamos que situações não-consentidas são mais toleradas por mulheres das classes populares como parte das relações entre homens e mulheres, e são mais qualificadas como situações de violência por mulheres mais esclarecidas. Aí temos de pensar que no nosso país a divisão por classes também implica uma divisão de nível de instrução.

Então, observamos que mulheres com maior nível de instrução terão definições de violência mais inclusivas, ou seja, incluirão dimensões tradicionalmente sub-representadas.

A Dra. Vera comentou a respeito da importância de o Judiciário envolver-se também nesse processo. Estou compartilhando com vocês uma experiência recente, o Juizado Especial Criminal, recentemente instituído na nossa cidade. Funciona no Plano Piloto e possui uma equipe interdisciplinar que está procurando desenvolver um trabalho ligado a esses crimes considerados de pequena monta e que são referidos ao Juizado Especial Criminal.

Os dados que temos, nesses seis meses de funcionamento - estou participando desse projeto como supervisora dessa equipe multidisciplinar que atende aos casais -, mostram que há um percentual importante de situações de violência envolvendo não só cônjuges, mas também familiares como pais e filhos, avós e netos e todas as demais relações familiares. A violência nas relações conjugais tem uma frequência importante, mas a ideia é sair do que tem sido convencional.



Dato	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	25

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Outro dia, ouvimos uma observação interessante de um homem de classe média alta que tinha agredido a mulher. Ele falou o seguinte: "Eu concordei em vir ao juizado porque achei que ia ser simples. O juiz ia mandar eu pagar 20 cestas básicas e eu ia me safar". Foi com surpresa que ele descobriu que a situação não era essa. Eles foram para uma audiência de conciliação e mediação, e o juiz os encaminhou para o serviço de atendimento, onde procuramos atuar na repressão e na recuperação das redes sociais onde os casais vivem. Mais que reconciliá-los, tentamos dar àqueles homens, mulheres e crianças formas e instrumentos pessoais e sociais de ter relações mais harmoniosas. Essa tem sido uma iniciativa importante.

Encerro aqui a minha participação. Espero ter contribuído para este debate importante. Prevenção e tratamento só podem ser feitos se toda a sociedade estiver engajada nesse combate. Se continuarmos negando que isso é um fenômeno amplo, insistiremos para que esse fenômeno permaneça. A minha única nota destoante hoje é ver pouquíssimos homens entre nós, pois eles estão perdendo a chance de se engajarem neste projeto.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Valéria,
obrigada.

Esclareço que este debate está sendo transmitido a aproximadamente mil funcionários que transitam na Casa. O som está ligado e, portanto, não participam apenas os que estão neste plenário e na galeria.



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 26
--------------------	---------------------------	---	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Jornalistas da Casa e do *Correio Braziliense* também estão participando. Tenho certeza de que este debate está tendo eco numa esfera maior do que a que os nossos olhos podem ver.

A Sra. Jussara Reis é a última apresentadora e falará sobre o combate à violência contra as mulheres. Logo depois abriremos o debate às Parlamentares, às representantes de ONGs presentes e ao Deputado Silvio Linhares, que acompanha com muita atenção a nossa discussão.

Concedo a palavra à Sra. Jussara Reis Prá.

SRA. JUSSARA REIS PRÁ - Bom-dia. Deixo de lado as saudações e parabenizo as Deputadas pela iniciativa.

Remeto-me à questão do combate à violência de gênero numa perspectiva de Estado e a algumas tendências e desafios. Falo principalmente como representante e Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Retomo um pouco do que as companheiras já falaram no sentido de que o reconhecimento da violência de gênero como problema político é muito recente no Brasil. Esse reconhecimento teve o seu embrião na própria articulação do movimento feminista no final da década de 60 e início da década de 70. Um momento exemplar foi a criação de vários S.O.S. Mulher em alguns estados que seriam o embrião das delegacias de atendimento especializado às mulheres. O processo de redemocratização na década de 80 levou muitas mulheres à candidatura e à criação de partidos políticos.

Então, essa articulação toda vai possibilitar que essas mulheres venham a interferir, por meio de programas e plataformas, nesses acordos,



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/ Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 27
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

também assumindo compromissos com determinadas pautas e lutas feministas - uma delas a violência contra a mulher.

Como resultado prático disso - as eleições de 1982 são um marco - tivemos, em 1985, a criação das primeiras delegacias para a mulher e a primeira delegacia em São Paulo, no Governo Franco Montoro, do PMDB. São experiências que foram seguidas por outros estados e municípios e acabaram tornando-se um referencial no combate e prevenção contra a violência doméstica ou intrafamiliar e sexual contra as mulheres, ou de gênero, que é o que estamos tratando aqui.

O que teríamos que nos referir, em relação a todo esse processo, é que os avanços que obtivemos até o momento ainda estão longe de atingir os objetivos desejados, que nós mulheres desejamos e que boa parte dessa sociedade deseja.

Para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, atingir esses objetivos acaba sendo um dos desafios que se impõe. O Conselho Nacional é um órgão responsável pelo acompanhamento de políticas públicas que promovem a equidade de gênero. Nesse sentido, entre as tantas preocupações que têm a abrangência da atuação do Conselho Nacional, essa questão da violência é uma delas.

O que o Conselho Nacional vem fazendo? Vem tentando articular esforços envolvendo esferas do Estado, em parceria com a sociedade, e fazer com que os direitos humanos das mulheres deixem de constar apenas em lei e passem a integrar o cotidiano das pessoas, da população.

Dito isso, nós poderíamos ver um pouco das respostas que vêm

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	28
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

sendo dadas a essa questão da violência de gênero. Destaco basicamente quatro áreas: jurídica, de segurança, saúde e educação.

Na área jurídica, eu faria uma referência especificamente quanto à legislação. A atual Constituição Brasileira, que também foi fruto dessa articulação da sociedade, dos movimentos da sociedade civil organizada, assegura em seu art. 236, § 8º, essa proteção do Estado em relação à mulher, só que referindo-se à família: "O Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um de seus integrantes, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das suas relações" - ou seja, a violência intrafamiliar.

Além da Constituição Federal de 1988, e temos de tentar fazer com que deixe de ser somente contemplada em lei -, há uma série de leis infraconstitucionais que referem-se ao assunto da violência doméstica, como por exemplo o Código Penal, a Lei do Divórcio, a criação do Juizado de Pequenas Causas. Aqui há uma certa polêmica entre o movimento feminista sobre até que ponto as questões de violência doméstica estariam sendo consideradas causas menores. Mas isso não vem ao caso nessa discussão.

Essas questões são contempladas em vários âmbitos e também no Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a punição para a violência e exploração sexual, que é outro problema sério em relação às meninas. Elas falam da violência doméstica e da violência sexual que ocorre dentro do ambiente doméstico ou fora dele.

Além dessas medidas, no Congresso Nacional tramitam vários projetos de lei que dizem respeito à violência de gênero e aos direitos da

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	29

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

mulher, como, por exemplo, o aborto. Nós estamos acompanhando essas discussões que estão sendo feitas em razão da discriminação. Outros trabalhos estão sendo feitos no sentido de tratar a questão do assédio sexual. E, como a delegada falou, temos um problema sério em relação ao Código Penal, que é ultrapassado e cria problemas graves.

Há um projeto que prevê a alteração do Código Penal, onde o estupro, considerado atentado ao pudor, deixaria de ser visto como crime contra os costumes - vejam bem a conotação que tem essa lei - e passaria a se enquadrar no título "Dos Crimes Contra a Pessoa". Isso altera significativamente o tratamento e o julgamento a ser feito.

Em rápidas pinceladas, era isso o que eu queria falar sobre a legislação. Há também o ponto de vista da Segurança Pública, mais especificamente sobre o trabalho do Conselho nessa área.

A Segurança Pública aparece na questão da violência como um dos instrumentos de maior eficácia no tratamento da violência contra a mulher, onde as delegacias de atendimento especializado às mulheres, as Deams, têm um papel específico, com todas as suas dificuldades.

O atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual seria o fulcro de atuação dessas Deams que dão assistência às mulheres da seguinte forma: elas registram a queixa; apuram as denúncias; encaminham os inquéritos à Justiça, dão apoio psicológico às vítimas; fazem o encaminhamento das reclamantes a hospitais, S.O.S, IML, ONGs, casas de abrigo. As Deams desempenham outras funções e, ficou claro na fala da delegada, elas acabam tendo que assumir tarefas que não são de sua

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	30

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

alçada devido à carência na área da Segurança. Por outro lado, desenvolve também um trabalho muito importante com campanhas educativas, palestras em escolas e estabelecendo parcerias. Então, as Deams precisariam, dentro dessa perspectiva, ser potencializadas para que pudessem dar conta das suas atividades e pudessem prestar esse outro serviço que faz parte de campanhas educativas e coisas dessa natureza.

Apesar dessa visão positiva e do papel importante que as Deams têm desempenhado, quinze anos após a implantação, ou seja, de 1985 a 2000, da primeira Deam no País, essas delegacias chegam, hoje, a um total de trezentas, no Brasil inteiro. Imaginem, num País com cerca de 5.559 municípios, o que isso representa do ponto de vista de uma garantia ou de alguma forma efetiva de garantir a segurança.

Em relação à segurança nós teríamos uma outra questão que seria a respeito das casas de abrigo, que também trabalham articuladas com as delegacias, funcionando como outra instituição importante no combate à violência intrafamiliar.

A implantação dessas instituições em todo o País é uma das prioridades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Trata-se de uma ação que pressupõe conjugar segurança pública e apoio psicológico e social às mulheres que estão submetidas à situação de violência.

As casas de abrigo têm sido priorizadas desde 1996 por um programa do Conselho Nacional que trabalha integrado a um programa da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e as casas-abrigos são concebidas como instituições responsáveis pela guarda e pela

Data	Horário Início	Sessão /Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	31

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

segurança de mulheres visando a sua integridade física e/ou psicológica. Essas mulheres vítimas de violência e seus filhos são acolhidos nessas casas e procura-se, com um trabalho em várias frentes, dar condições para que elas possam se promover, do ponto de vista da cidadania, e, também fortalecer a sua capacidade de decisão para que elas possam, inclusive, sair daquela rotina de violência. Como vimos, a violência acaba se rotinizando nesse processo, pois, como as mulheres não encontram nenhuma saída, acabam retirando a queixa, e voltam, novamente, a se submeter à rotina.

O encaminhamento às casas-abrigos é feito por meio da Deam - Delegacia Especializadas em Atendimento à Mulher, e por órgãos governamentais ou não-governamentais que atuam nessa área e atendem as mulheres em situação de violência. O serviço é de caráter temporário e sigiloso, tudo é mantido em sigilo. As albergadas permanecem nas casas por um período determinado e quando saem - deverão sair dali - têm condições de retomar o curso normal de suas vidas. Nesse sentido, as casas-abrigos devem oferecer atendimento integral, suporte educativo e informativo - para vocês terem uma ideia do conteúdo -, meios de fortalecimento do vínculo mães e filhos, favorecendo modos de convivência não violentos, entre outros, e vários estudos têm mostrado que a violência gerada dentro da família, quando não tratada - e ajudem-me os psicólogos - acaba se refletindo nas ações daquelas crianças, quando crescem, com suas famílias. É um processo em bola-de-neve.

O que temos então? Uma parceria entre prefeituras, estados e municípios em que há um repasse de recursos e, em contrapartida, esses

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /IV 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	32

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

locais deveriam dar um certo retorno em termos de pessoal.

Temos hoje 25 casas-abrigos no Brasil. Esse número é realmente insuficiente em relação às unidades da Federação e às necessidades das mulheres. Então, aumentar esse quadro é, certamente, um outro desafio que nós - Conselho sociedade -, fazemos, em especial, por meio do Conselho Nacional da Secretaria Executiva, que tem esta tarefa que não é fácil: tentar viabilizar um pouco mais essa questão.

Nós já falamos sobre legislação, Segurança Pública, mas poderíamos dar uma visão muito rápida - isso também já foi mencionado aqui - sobre questões relacionadas ao Sistema de Saúde e à violência de gênero e à questão da Educação, como agência de socialização.

No Sistema de Saúde, a Prof. Lia esclareceu muito bem que a identificação de patologias tais como depressão, ansiedade, insônia, entre outras, tem sido vista, infelizmente em um período recente, como resultado da violência interfamiliar e sexual. Isso levou o Ministério da Saúde à elaboração de uma norma técnica de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência contra a mulher, que foi editada em 1999, portanto bem recente. A partir desse documento, então, tenta-se fazer alguma coisa possível com os agentes de saúde.

A outra questão, a Educação, seria explorada com um trabalho voltado para os livros didáticos em que se tentaria ver até que ponto aqueles preconceitos que ali constam estão reproduzindo ou contribuindo para a reposição da violência.

Pelo exposto, o que poderíamos dizer com relação a essa

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	33

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

questão? Temos problemas sérios, com certeza, mas a pressão da sociedade e das mulheres - em particular - tem sido muito importante para possibilitar o encaminhamento de políticas públicas orientadas pela perspectiva de gênero. Com certeza ainda temos muito o que avançar, muitos desafios a superar para que possamos comemorar, com todas as letras, o Dia da Não-Violência Contra a Mulher. Com certeza, precisamos, todos nós, Estado e sociedade, perceber que a defesa dos direitos da mulher é a defesa de todos, homens e mulheres. É a defesa de todos nós, que fazemos parte desta nação.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Agradeço à Sra. Jussara Reis Prá.

Esta Presidência anuncia a presença da Sra. Elizabete Gasparotto, Administradora Regional de Sobradinho.

A partir de agora, passaremos a palavra para os que se inscreveram. Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA - Cumprimento os componentes da Mesa; as pessoas do plenário; os Srs. Deputados Silvio Unhares, Daniel Marques e Rodrigo Rollemberg; a imprensa e as pessoas que se encontram na galeria. O meu pronunciamento será muito breve. Na verdade, todas as expositoras já esgotaram em todos os sentidos o nosso debate acerca da violência contra a mulher.

Eu gostaria de registrar, Sra. Presidente, um artigo que foi publicado no dia 21 de setembro de 2000, no *Correio Braziliense*, o qual faço

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	34

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

questão de lê-lo e, assim, registrar o meu pronunciamento.

O artigo diz: "ONU: Nascer mulher é perigoso.

Uma em cada três mulheres do mundo já foi vítima de violência física e sexual. Além disso, 130 milhões sofreram mutilações sexuais e 4 milhões foram vendidas para casamentos, servirem como prostitutas ou a fim de executarem trabalhos braçais.

Apesar das mudanças ocorridas durante o século XX, a discriminação e a violência contra o sexo feminino continuam enraizadas em todas as culturas do mundo. De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a População - FNUAP, uma em cada três mulheres do planeta já foi vítima de agressão física, sexo forçado - na maioria por alguém desconhecido -, ou outras formas de abuso. E 5 mil mulheres são mortas anualmente nos chamados crimes contra a honra.

Na avaliação dos especialistas da ONU, isso ocorre porque a violência contra a mulher é tolerada e bem aceita em muitas culturas. 'O direito do marido de bater na mulher é uma convicção encrostada em muitas sociedades', diz o relatório.

Recusar o sexo, desobedecer ao marido, retrucar, falhar no cuidado das crianças ou da casa, não ter a comida pronta no horário, questionar o parceiro sobre eventuais namoradas ou ir a algum lugar sem a sua permissão são apontados como os principais motivos da violência doméstica.

No ranking da violência, o relatório mostra que a violência contra as mulheres não só ocorre em países subdesenvolvidos. De acordo com

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	35

Taquigrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

estatísticas de diversos países, o percentual de mulheres que já registrou queixa por ter sido agredida pelo parceiro é de 29% no Canadá, 22% nos Estados Unidos da América e 21% na Suíça. O Banco Mundial - BIRD - estima que, em países industrializados, a violência sexual custa de um a cinco anos de vida saudável a mulheres entre 15 a 44 anos de idade.

Nos países mais pobres, o percentual aumenta bastante. Papua Nova Guiné é o país campeão em violência contra as mulheres. Lá, 67% da população feminina já foi alvo de agressão física.

Quanto à questão cultural, a mutilação genital feminina, uma espécie de cirurgia em que o clitóris é parcialmente ou totalmente extirpado, representa outro grave problema que atinge as mulheres.

Dados da ONU mostram que 130 milhões de mulheres e meninas estão mutiladas, a maioria na África e no oeste da Ásia.

Fiz questão de registrar esses dados para que constem do nosso relatório, por tratar-se de estatísticas elaboradas pela ONU. Gostaria de registrar a postura do *Correio Braziliense*, que, de forma muito correta, fez repercutir essa matéria por meio de sua publicação.

Concluindo, gostaria de dizer que nós três, Deputadas Distritais, formamos a nossa seleta frente parlamentar envolvidas na questão e na defesa dos nossos direitos.

Há poucos dias o meu gabinete elaborou um projeto de lei que deverá ser votado na próxima sessão extraordinária, juntamente com outros projetos elaborados por outros Deputados, inspirado no projeto do Deputado Jaques Wagner, da Bahia, relacionado à saúde, com a proposta de se

Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 36
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

colocar nas roupas íntimas e também nas roupas de banho, tanto das mulheres quanto dos homens, uma campanha de informação com etiquetas que tratam da questão do câncer de colo do útero, do câncer mamário e do câncer de próstata.

Com isso, queremos massificar essas informações, fazendo com que cheguem a todas as pessoas para que possamos, dentro da área de Saúde, contribuir com a queda da mortalidade causada pelo câncer de mama, câncer de útero e também, porque não dizer, na mortalidade dos homens com o câncer de próstata.

Gostaria de registrar que, apesar de sermos as três mosqueteiras, trabalharemos em defesa dos direitos das mulheres vítimas da violência, violência essa que precisa ser acabada. Mas só alcançaremos isso quando nós colocarmos a nossa boca no trombone. Essa é a nossa contribuição.

Agradeço a todas pela presença.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Concedo a palavra à autora do requerimento que propiciou a realização desta sessão, Deputada Anilcéia Machado.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Boa-tarde a todos. Cumprimento de maneira muito distinta os componentes da Mesa. Parabenizo todas as palestrantes pelo conteúdo apresentado e pelas informações tão preciosas e importantes para que possamos continuar com esse propósito conjunto de combate à violência contra a mulher.

Não poderia deixar de registrar a nossa participação como



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 37
-----------------	------------------------	--------------------------------------	-----------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Parlamentar desta Casa, atuando também no sentido de apresentar propostas que tragam melhor qualidade de vida às mulheres.

Temos nesta Casa um projeto aprovado por unanimidade, inclusive com o apoio das Deputadas Lúcia Carvalho e Maninha, que se manifestaram favoravelmente à matéria, que diz respeito à criação de um serviço prioritário em todas as delegacias do Distrito Federal de atendimento às mulheres vítimas de violência e maus-tratos.

Hoje, fomos informadas pela Dra. Vera, Delegada, que temos cerca de 250 delegacias especializadas em atendimento à mulher no País. Na Capital do País só temos uma, que está localizada no Plano Piloto, sendo de *difícil* acesso para a comunidade das cidades mais distantes.

Entendemos que a construção, edificação e implementação da obra de uma delegacia de atendimento à mulher demanda custos, e isso somente acontecerá ao longo de alguns anos.

Desenvolvemos um trabalho conjunto com as delegacias e com os profissionais da área, que resultou na elaboração de um projeto, apresentado no ano passado e felizmente aprovado este ano, o qual prevê a implementação desses serviços em cada delegacia.

Os profissionais que atuarão nesse serviço deverão ser voluntários e passarão por treinamento na Deam por trinta dias, durante o qual receberão todas as orientações de encaminhamentos, tratarão dos casos e conhecerão o tipo de demanda que esse tipo de delegacia possui.

O serviço não será prestado exclusivamente por mulheres, agentes femininos nem por delegadas, e, sim, por aqueles que têm

Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 38
--------------------	---------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

sensibilidade e demonstrem, nesse estágio, capacidade para tratar dos casos que ocorrerem, muitas vezes, distantes da Deam - situada no Plano Piloto -, dificultando o acesso às mulheres vítimas de violência que saem da área rural ou de qualquer outro local, com marcas estampadas no rosto.

Portanto, essa é uma das nossas contribuições para que as mulheres tenham um espaço reservado, um atendimento digno em cada delegacia para registrarem as ocorrências e terem um acompanhamento psicológico, um tratamento adequado no sentido de que possam ser minimizadas suas dores e suas dificuldades.

Apresentamos, nesta Casa, um projeto que já foi aprovado por unanimidade, com a colaboração das Deputadas Lúcia Carvalho e Maninha, que estão presentes. Essa lei dispõe que sejam reservadas enfermarias nos hospitais da rede pública às mulheres vítimas de parto com filhos sem vida, que também não deixa de ser uma violência psicológica à mulher, que acaba sofrendo um dano, uma perda muito grande. Temos a garantia de que as mulheres que passam por essa situação podem receber um tratamento adequado em local reservado. Muitas delas, às vezes, têm contato com as que tiveram seus bebês, que estão amamentando e recebendo visitas e sentem-se muito constrangidas. Essa lei prevê e determina esse atendimento específico e prioritário.

Temos também um projeto tramitando na Casa que foi implementado em caráter experimental e está obtendo sucesso na cidade de Sobradinho. Ele cria o programa "Meu Primeiro Negócio". Reunimos mulheres desempregadas, muitas delas com a responsabilidade de manter

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	39

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

seus lares, chefes de família, com filhos, que não têm como deixar seus filhos para disputarem uma vaga no mercado de trabalho. Criamos núcleos de produção com a capacitação oferecida em convênio com o Sebrae, criando a associação das mulheres trabalhadoras de Sobradinho, que fazem hoje uma apresentação de seus trabalhos na entrada da galeria, produto de suas próprias mãos, muitas delas saíram do desemprego, foram qualificadas, capacitadas e, hoje, estão produzindo e precisando até de auxiliares para atender suas encomendas. Muitas dessas mulheres foram vítimas de violência doméstica e traziam como argumento que não poderiam deixar seus companheiros ou maridos porque tinham dependência financeira. Hoje, já podem caminhar com o próprio esforço e trabalho, têm renda própria, segurança e garantia da criação dos filhos.

Trabalhamos no sentido de fazer com que a nossa bancada, embora pequena, possa atuar, pois, de 24 representações na Câmara Legislativa, apenas 3 são ocupadas por Deputadas, mas temos feito um trabalho suprapartidário; prova disso foi uma sessão solene realizada no Conjunto Nacional, para que todos que por ali passassem pudessem conhecer um pouco da questão feminina. O evento foi realizado por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Não tenham dúvidas de que o nosso compromisso se estende e está voltado a toda a sociedade, a toda a população do Distrito Federal. Refiro-me também à voz da mulher no Poder Legislativo local. Temos de dar um basta à violência contra a mulher. Este momento, hoje, é de grande importância para esta Casa. Passamos toda essa manhã discutindo as



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 40
--------------------	---------------------------	---	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

questões que envolvem a violência contra a mulher. Sabemos que muitos homens estão sensíveis a nossa causa, mas é preciso, sobretudo, que nós mulheres possamos nos unir, cada dia mais, para darmos um basta e que aqueles artistas, aquelas pessoas que enfrentam e que, muitas vezes, acabam molestando as mulheres tenham a consciência plena de que encontrarão mais dificuldades para praticar qualquer ato de violência contra as mulheres, que são as mães de seus filhos, suas companheiras e aquelas que dão realmente sentido à vida, pois são elas que trazem a vida a este mundo.

Portanto, parablenizo a companheira Deputada Lúcia Carvalho, Deputada Maninha, todos os Deputados que aqui estiveram para prestigiar, a associação das mulheres de Sobradinho, todas as mulheres aqui presentes, todos os homens e, sobretudo, os três gabinetes que organizaram esse evento, que organizaram e tiveram todo cuidado e zelo na preparação do material, fazendo com que vocês todos estivessem aqui para assistir a esta esta Comissão Geral, que marca nesta Casa o Dia Internacional do Combate à Violência Contra a Mulher, uma causa que será - tenho certeza - buscada por todos nós que aqui estamos. Esperamos que, nos próximos anos, possamos ter melhores depoimentos. O grupo teatral que se apresentou aqui comoveu a todos nós com a peça "Violência sem denúncia". Esse grupo, Unidos pela Liberdade, composto por ex-presidiárias do presídio feminino de Brasília, conseguiu retratar casos que acontecem, muitas vezes, do lado de nossas residências e que, nem sempre, estamos dispostos a denunciar, como, por exemplo, alguém ser espancado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	41
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Portanto, vamos nos engajar nessa campanha e, ao vermos os filhos serem espancados, em vez de serem educados, as mulheres sendo maltratadas, vamos denunciar. É este o papel mais importante e uma forma de todos participarem. Para aquele que estiver ainda questionando como participar e o que fazer, digo: temos de denunciar.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Concedo a palavra a nossa radialista Mara Régis.

SRA. MARA RÉGIA - A maneira que tenho para saudar a todas as nossas queridas companheiras e Parlamentares que estão nesta comissão seria dizendo: "Viva Maria"! Esse nome é uma marca para muitas de nós e é também para mim na minha trajetória, de forma particular. Foi em função do "Viva Maria" que, há uns vinte anos, começou toda essa discussão nos microfones, inclusive estimulando muitas das amigas que aqui estão, como a Lia, a tomarem de assalto o microfone e dizerem tudo o que sentem. E foi por isso que um grande aliado das mulheres, um parceiro, um homem muito inteligente, editor de televisão, Ronan Soares me disse: "Mara Régis, você está aí liderando as mulheres de antenas". Então, mais do que nunca, se as nossas antenas estão, realmente, em boa sintonia, alguma coisa muito especial deve estar acontecendo no astral.

Temos, numa única semana nesta cidade, a oportunidade de comemorar, com toda a força, todo o fôlego e fogo, os setenta anos de Rose Marie Muraro, a quem devemos todas as homenagens, porque foi ela uma das primeiras a enfrentar aquela violência verbal, que até hoje atinge, de

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	42
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

certa forma, as feministas, dizendo serem sapatões, mal-amadas, feiasas.

Então Rose, trazendo inclusive Beth Friedman aqui na época da revolução feminista, precisou queimar sutiã em praça pública, porque, se pensarmos bem, o sutiã é uma forma de violência, afinal de contas, existem outras coisas que caem ao longo da vida e nem por isso precisam estar presas. Na história do sutiã, aquela coisa tem de ficar amarrada, empinada, com o bico para o céu, e isso realmente não pode acontecer. Então, há a Rose, uma maravilha de figura humana, uma mulher impossível, como diz o seu próprio livro.

Além dela, vivemos ontem um momento único, que foi o da diplomação de Dad Squarisi, do *Correio Braziliense*, numa bela homenagem proposta pela Deputada Lúcia Carvalho. É impressionante a coincidência, porque justamente Lúcia e Dad estiveram presentes num trabalho que tive a oportunidade de desenvolver, que foi a primeira cartilha sobre cidadania e gênero, em que começamos, justamente a partir da palavra, a denunciar esse mundo machista, em que o homem é frio, agressivo, rude, ativo, independente, corajoso, esperto, forte, autoritário, seguro, e a mulher é sentimental, doce, terna, passiva, dependente. Ser dependente é horroroso; passiva e doce, tudo bem, porque acho que esse é o jeito feminino de ser, mas ser medrosa, frágil, insegura, dói.

Nessa cartilha, não só localizamos as palavras, como os verbos masculinos e femininos e damos crédito, na atualização da cartilha, à proposta da Deputada Lúcia Carvalho, que eu transferi para um programa de rádio, porque vocês sabem que a minha praia é navegar, navegar nas ondas



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão/ Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 43
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

do rádio e, ultimamente, nos rios da Amazónia.

Peço uma pausa, porque quero fazer essa surpresa para a Deputada Lúcia Carvalho.

(Audição de gravação.)

Esse foi um trecho desse programa, que conta também com a participação da Dad. Isso faz muito tempo, foi em 1996. Publicamos a cartilha em 1997, e, de lá para cá, temos tido a oportunidade de potencializar esse grande aliado. Para mim, ele é um amante, porque vivo da sua energia há muito tempo. Não fiz nada na vida mais do que rádio, o que é uma pena, porque eu gostaria de ter feito outras coisas com tanta intensidade. Na verdade, graças a essa sintonia com a questão da violência, que conseguimos ganhar um prémio por um programa especial que realizamos para um concurso latino chamado "A Toda Voz". Foi uma chamada da Amare, que é uma associação mundial de rádios em todo o continente, para que pudéssemos fazer programas sobre mulher e comunicação, diversidade, mulheres líderes, enfim, essa coisa toda, conseguimos ganhar o primeiro lugar com um programa que foi elaborado por mim, pela Nina Magalhães e por Moema Viézer, da Rede Mulher Educação, que tem o projeto. Tivemos a honra de ganhar o concurso cobrindo a Marcha das Margaridas. É uma pena que não esteja aqui a Raimunda Celestina de Macena, da Contag, porque é ela, nesse programa, quem dá uma superdefinição de violência sexista, e eu queria ter o prazer de mostrar também um pedacinho da palavra da Raimunda de Macena.

(Audição de gravação.)

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	44
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Então, é isso. Que o sal das lágrimas que, sem dúvida alguma, molharam os nossos olhos, possam agora reverter a dor na alegria de saber que, já no próximo dia 14 de dezembro, finalmente, os assassinos de Margarida Alves serão julgados. Trata-se de uma vitória muito grande que temos de comemorar.

Para que eu possa rapidamente encerrar a minha participação nesta sessão tão especial, em nome da denúncia que nos alenta e é transformada numa espécie de arma, para que possamos efetivamente ter o combate à violência que se abate contra a mulher, eu gostaria muito de apresentar a vocês um trabalho que fiz graças à Fundação MacArthur: o projeto Mulher nas Ondas do Rádio. Pesquisei a vida das mulheres, os seus direitos reprodutivos e fiz desse trabalho uma radionovela que contou com depoimentos das "amigas do peito e do parto", e aqui cabe também um alerta para a violência com que nossas mulheres são tratadas nas maternidades, não recebendo assistência adequada na hora do parto. Aqui há vários relatos brutais de mulheres que foram xingadas e aviltadas na sua dignidade, os quais quero compartilhar com as Parlamentares - já passei uma cópia para a Deputada Maninha e neste momento entrego uma cópia também para as Deputadas Lucía Carvalho e Anílcéia Machado.

Além desse relatório, trago aqui uma revista que, coincidentemente, tem o nome de *Maria Maria*, que abriu espaço, no seu primeiro número, para o trabalho que hoje desenvolvo por intermédio da *Rádio Nacional* da Amazônia, falando para as mulheres da floresta. Então, quem quiser saber um pouco do peixe, da farinha e do radinho de pilha, este



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	45

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

superaliado, é só conferir esse número. Trouxe mais exemplares sobre a Conferência de Beijing, que também é um marco na divisória de toda essa luta que a gente vem empreendendo.

Mais uma vez unimos nossas vozes nesse desejo. Esperamos que a denúncia e que essa CPI que está instalada agora no Congresso não acabe em pizza, como tantas outras, já que no primeiro semestre essa CPI estava competindo com a CPI do Narcotráfico. Agora, temos mais dois meses de prazo para apurar as denúncias e investigar as responsabilidades dos que fazem com que as mulheres precisem morrer para dar à luz. No entanto, estamos competindo com o futebol, com a CPI da Nike, como o motivo por que o Brasil perdeu a Copa fosse mais importante do que o motivo pelo qual tantas mulheres perdem a vida no momento mais sublime de sua trajetória aqui na Terra.

Então, ficam essas denúncias para a Câmara dos Deputados e que a Câmara Legislativa do Distrito Federal se una bravamente ao Movimento de Mulheres, que quer uma resposta para isso.

Um abraço!

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Mara, realmente você é uma lutadora em defesa das boas causas e também da causa da mulher.

Neste momento, passo a palavra à última inscrita, Sra. Cecília Pereira, coordenadora do Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal.

Anuncio também a presença do nosso querido Deputado João de



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	46

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Deus, que é um admirador, um apoiador e um defensor da nossa luta e do trabalho das mulheres na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que está sempre presente, votando nos projetos e interesse de defesa das mulheres do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Sra. Cecília Pereira.

SRA. CECÍLIA PEREIRA - Boa-tarde a todos, eu gostaria apenas de parabenizar a iniciativa das Sras. Parlamentares e fico à vontade para fazer uma citação, juntando tudo o que ouvi aqui: atuação da Delegacia da Mulher, saúde da mulher, setores de pesquisas, equipe interdisciplinar do Judiciário e educação com sentido de mudança de comportamento.

Falo rapidamente sobre um pensamento de Daisaku Ikeda, Presidente de uma organização muito preocupada com a paz: "Quando são encontradas as necessidades básicas das pessoas e lhes são dadas oportunidades para estabelecer suas vidas, elas naturalmente desenvolvem suas habilidades e, manifestando-as, começam a empreender um papel ativo na sociedade. A alvorada da era das mulheres anuncia o fim de uma era de força bruta e o início de uma era de princípios de cultura e direitos humanos. É o alvorecer de uma época em que as pessoas que foram oprimidas se levantarão e romperão seus grilhões."

Quero complementar dizendo que a responsabilidade com as mudanças que são importantes para nosso bem-estar depende unicamente de nós, do nosso esforço, solicitando a contribuição dos homens, porque todos somos seres humanos. Mas isso é uma responsabilidade nossa, das mulheres, porque somos nós que sofremos as violências e podemos falar

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
23 /11/ 00	9h15min	ORD./COMISSÃO GERAL	47

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

com toda propriedade sobre o que sentimos.

Então, que tenhamos a coragem de dar seguimento a essa luta e, com certeza, teremos resultados positivos num futuro próximo.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Agradeço todas as mulheres presentes. Quero convidá-las para um coquetel e também para assistir a um vídeo que foi apresentado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher denominado: "Quebrems o silêncio, nem mais um minuto".

Parabenizo também a Tânia, Presidente do Conselho da Mulher no Distrito Federal, pelo trabalho maravilhoso que ela entregou a cada um de nós da Câmara Legislativa, fazendo a demonstração de dados estatísticos e apresentando o trabalho do Conselho de Defesa da Mulher.

Não estamos no Governo neste momento, e temos questionamentos a alguns membros do Conselho que estão aqui. Mas apoiamos a Tânia no sentido de realizar e implementar as políticas públicas relacionadas ao direito da mulher no Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado João de Deus.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sra. Presidente desta reunião, Deputada Lúcia Carvalho, parabenizo V.Exa. e as Deputadas Maninha e Anilcéia Machado por esta discussão sobre a violência contra a mulher. Sabemos que há muitos homens que maltratam as suas mulheres.

Gosto tanto das mulheres que eu gostaria de ter uma mulher como a Deputada Maninha, que é uma pequena grande mulher. Tenho



Data 23 /11/ 00	Horário Início 9h15min	Sessão / Reunião ORD./COMISSÃO GERAL	Quarto 48
--------------------	---------------------------	---	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

afinidade com as três Deputadas e tenho de registrar isso devido ao que elas três representam nesta Casa. Há também outra Deputada na Secretaria da Educação.

O meu partido foi um dos que *mais* lutaram pelas conquistas das mulheres. Digo aos marmanjos que um homem nunca deve maltratar uma mulher *porque*, mais cedo ou mais tarde, ele estará envolvido nos braços dela.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Agradeço a presença de todos e a paciência dos demais Parlamentares, já que teremos uma votação importante e de interesse de toda a sociedade. Votaremos projetos de interesse dos fiscais presentes e projetos que dispõem sobre impostos. Infelizmente, eles ainda não contém a proposta que desejamos.

Convido todos para permanecerem nesta Casa porque teremos votações importantes.

Externo o meu muito obrigada aos presentes e às assessoras dos gabinetes que organizaram este trabalho.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h42min.)